

NÃO FOI A PRIMEIRA VEZ

“Lá pelas tantas o telhado caiu e não se sabe se pela ação do fogo ou se pelo peso do pecado”. Assim noticiou Joanino Lobosque, no seu *Jornal do Poste*, o incêndio ocorrido na Rua Marechal Bitencourt, a antiga zona boêmia da cidade.

De lá para cá, muita coisa mudou e está mudando no País. Hoje, a discussão maior é sobre a redefinição do papel do Estado. De um lado, a ala neoliberalista preconiza o afastamento do poder público, não só dos negócios da economia, das relações de trabalho, dos contratos que entre si fazem as pessoas, bem como critica com veemência a sua ingerência na vida do cidadão. De outro lado, a ala estatizante, inspirada nos modelos do socialismo real, ainda faz força para que o Estado intrometa-se em tudo, controlando até a roupa que o cidadão deve vestir. *“Neque mel, neque apes”*, nem mel, nem abelhas, diz o velho ditado e parece-nos que é a melhor solução.

Pegou fogo no casarão onde nasceu o Presidente Tancredo Neves e apesar da tristeza pessoal dos moradores e dos inquilinos do prédio, temos que aproveitar a oportunidade para fazer algumas reflexões a propósito do que dissemos anteriormente. Em primeiro lugar, não devemos dizer, como simples cidadãos, que não temos nada com isso. Não temos nada que ver com o prejuízo de cada um, mas temos muito que ver com o prejuízo de todos nós. Numa cidade como São João del-Rei, possuidora de um patrimônio histórico importante, temos que entender cada vez mais que esse patrimônio histórico é da comunidade. Cada casa pertence ao seu legítimo dono, detentor da escritura registrada em cartório e ninguém duvida disso, mas a sua relevância histórica, o

fato de integrar o conjunto arquitetônico, que deveria ser rigorosamente preservado, pertence menos ao proprietário e mais à sociedade. Se essa premissa for verdadeira, algumas questões merecem ser discutidas. A primeira é o descaso feito pelas autoridades constituídas e pela própria sociedade a respeito desses assuntos. O atual Prefeito não é o culpado do fato em si, nem ele nem a Câmara de Vereadores. Contudo é preciso considerar que essas pessoas fazem parte de uma categoria que, no momento em que se candidataram, ganharam as eleições e tomaram posse, passaram à condição de responsáveis pela gerência da coisa pública. Nesse sentido todos os mandatários são culpados, os atuais e os antecessores. Todos eles, uns menos, outros mais. Todos eles quiseram carregar o peso da responsabilidade, consciente ou inconscientemente, preparados ou despreparados, todos quiseram assumir o poder. E as questões do poder não são simples. Não basta perguntar onde está o Corpo de Bombeiros, mesmo porque bombeiros não fazem milagres, simplesmente apagam o fogo destruidor. Há inúmeras outras perguntas:

— Onde estão os obrigatórios extintores de incêndios? Onde está o plano de revisão e de manutenção das redes elétricas do conjunto tombado pelo Patrimônio? Que tipo de ajuda poderia o poder público dar ao patrimônio histórico? Que tipo de exigência o poder público municipal poderia fazer ao Estado e à União, no sentido de preservar o patrimônio histórico? Pode o poder público fazer exigências aos proprietários de imóveis tombados (ou não)?

Certamente, o cidadão fechado nos seus interesses dirá que não. Dirá que o Prefeito terá que cuidar das ruas, da água e dos esgotos, como se ele fosse um pedreiro e não um gerente de Políticas, pensadas com inteligência pelo Poder Legislativo.

— “Dentro da minha casa mando eu”, dirá o egoísta, e para se escudar em alguma filosofia, ainda arrematará, “sou um liberal, abaixo o Estado intrometido”.

Se a autoridade embarcar nessa canoa, concordará com essa posição e omitir-se-á de qualquer discussão. Enquanto não acontecer alguma coisa ficará tudo como dantes. Mas, e quando pegar fogo noutra sobradão antigo? E quando desmorrer uma casa vítima da vibração ocasionada pelo tráfego de veículos pesados? E quando pessoas menos escrupulosas começarem a construir de qualquer maneira (há muito já começaram), afrontando a harmonia do conjunto arquitetônico? E quando destruírem mais isso e mais aquilo (e como já destruíram?). E quando deixarem que as coisas se destruam (e como têm deixado?).

Questões dessa natureza são incômodas, para o poder público, para os cidadãos diretamente envolvidos e para uma comunidade apática que, há muito, perdeu a noção do que é particular e do que é público.

Vemos que em 1717, havia maiores preocupações com o patrimônio comunitário, conforme se vê nas “*Efemérides de São João del-Rei*”, do nosso conterrâneo, o ilustre Professor Sebastião Cintra:

26 de novembro — O Governador D. Pedro de Almeida envia carta ao senado da Câmara de S. João del-Rei sobre as licenças para a construção de novas casas, recomendando que sejam cobertas de telha, pois os prédios cobertos de palha são mais expostos aos incêndios. Mandou a Câmara publicar edital: “... declaramos que só concederemos licença para fabricarem novas casas nas iminências e paragens da parte onde está a igreja, e nas colinas circunvizinhas com declaração de hão de ser cobertas de telha”.

Estamos inclinados a aceitar a posição de que, em face das catástrofes, não adianta achar os culpados, é preciso achar a solução. Povo de São João del-Rei, salve a nossa cidade, cuide do nosso patrimônio histórico, exija do poder público ações concretas nessa direção. Senhor Prefeito, continue calçando os passeios, faz o senhor muito bem; continue canalizando o córrego do Lenheiro, faz o senhor muito bem; mas pense na preservação do patrimônio histórico como prioridade. Ainda é possível salvar o Chafariz da Legalidade e outros monumentos importantes, faça um plano preventivo contra incêndios, fiscalize o tráfego de veículos pesados no centro histórico da cidade, pense nesses assuntos, faça com que o povo pense também, caso contrário, teremos que viver na dúvida suscitada pelo velho Joanino Lobosque, ou teremos que admitir que não é a ação do fogo que destrói nem a mão impiedosa do vândalo, são nossos próprios pecados, os pecados de todos nós: a omissão, a insensibilidade, a insensatez e o descaso.

08.07.1995

Publicado na Tribuna Sanjoanense - 18.07.1995